

# UMA AMEAÇA AO BRASIL



## SERVIÇOS PÚBLICOS



# INTRODUÇÃO

## A PEC 241 e o papel do Estado brasileiro

**M**antendo a pressão e a vigília contra os ataques do governo aos direitos dos trabalhadores e o desmonte do serviço público no País, a Asfoc-SN alerta para a tramitação de uma das mais perversas Propostas feitas

contra a população brasileira: a PEC 241. Com base em Seminário realizado pelo Sindicato, apresentamos a seguir a análise do diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, sobre o assunto. Ele não tem dúvidas. Caso a PEC seja aprovada, as consequências para o futuro do país serão "catastróficas".

O governo de Michel Temer encaminhou ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241/16, que, se aprovada, terá o condão de alterar o papel do Estado brasileiro. Ela determina que a expansão do gasto público não-financeiro nos próximos 20 anos não poderá ser superior à inflação.

A medida vem tramitando de forma atropelada e abrupta, sem um amplo debate com a sociedade, como deveria ocorrer com matéria de tamanho impacto social.

Apontamos a seguir algumas dessas possíveis consequências para ilustrar a gravidade dessa proposta, que atende integralmente aos interesses do mercado financeiro.



# CONSEQUÊNCIAS

## 1ª

Limitação ou o direcionamento do papel do Estado apenas para garantir o direito de propriedade, assegurar o cumprimento de acordos e honrar os compromissos com os credores das dívidas interna e externa, já que não poderá mais criar novos programas nem ampliar investimentos.

## 2ª

Retirada do controle do Poder Executivo, do Congresso e da sociedade sobre o tamanho do orçamento, que ficará automaticamente engessado por 20 anos, independentemente de haver crescimento econômico ou aumento de arrecadação.

## 3ª

Acirramento do conflito distributivo, com os diversos setores da sociedade lutando para ver quem perde menos com os cortes, considerando que a prioridade é economizar nas despesas de custeio e investimento para assegurar o pagamento dos encargos da dívida mobiliária.

## 4ª

Desmonte do Estado enquanto instrumento de prestação de serviços, com uma forte reforma administrativa voltada à desvalorização dos servidores, com corte de direitos e de reajustes, além da proibição de novas contratações, mediante a vedação de novos concursos públicos nos próximos 20 anos.

## 5ª

Inevitabilidade de uma reforma ou ajuste com viés fiscal na seguridade social e na educação, já que o congelamento não se sustenta sem um drástico corte de despesas na previdência e assistência social, na saúde e na educação.

## QUAL O IMPACTO DO CONGELAMENTO DO GASTO FEDERAL COM SAÚDE PROPOSTO POR MEIO DA PEC 241 PARA O FINANCIAMENTO DO SUS?

- Desvinculação das despesas com aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) da receita corrente líquida
- Perda de recursos em relação às regras de vinculação das Emendas Constitucionais nº 29 e nº 86
- Redução do gasto público per capita com saúde
- Desobrigação de os governos alocarem mais recursos em saúde em contextos de crescimento econômico
- Provável aumento das iniquidades no acesso a bens e serviços de saúde
- Dificuldades para a efetivação do direito à saúde no Brasil

**Fonte: Fabiola Sulpino Vieira Rodrigo Pucci de Sá e Benevides**

- Doutora em saúde coletiva. Mestre profissional em economia da saúde. Farmacêutica. Membro da carreira federal de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Coordenadora de Estudos e Pesquisas de Saúde na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.  
- Mestre em saúde coletiva. Economista. Membro da carreira federal de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental em exercício na Coordenação de Estudos e Pesquisas de Saúde da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

**NOTA TÉCNICA DO IPEA**

OS IMPACTOS DO NOVO REGIME FISCAL PARA O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL

# IMPACTO NO SALÁRIO MÍNIMO

Precisamos entender que os impactos dessa Emenda serão em todas as áreas. Se ela existisse desde 2006, o salário mínimo que hoje é de R\$ 880, seria de R\$ 550, ou seja, não são só os serviços públicos que ficam ameaçados, todos os assalariados do país serão atingidos.



No caso da previdência e da assistência social, o maior programa de distribuição de renda do planeta, que é responsável pela paz social no Brasil, seu escopo teria sido reduzido drasticamente, não apenas para dificultar

o acesso a esses benefícios, mas também para desvincular suas prestações do salário mínimo, especialmente os benefícios assistenciais, cujo valor seria próximo do pago aos beneficiários do Bolsa-Família.

## SERVIÇOS PÚBLICOS PARA A POPULAÇÃO

Pode parecer terrorismo, mas a verdade é que o congelamento do gasto público obriga o corte de direitos dos atuais beneficiários para permitir o acesso a esses direitos de novas pessoas, afinal a população não para de crescer, as pessoas preenchem os requisitos para requerer aposentadoria, há demanda por mais saúde e educação e isso só será possível se houver aumento da despesa ou redução dos benefícios de quem já vinha usufruindo desses benefícios.

O raciocínio é simples. Se há um valor fixo, que já está comprometido com uma despesa, o atendimento a novos beneficiários só será possível se o valor que atende aos atuais for reduzido. Na

previdência, por exemplo, existe uma regra de reajuste que só continuará a ser aplicada se não houver nenhuma nova aposentadoria. Como novas aposentadorias surgirão, ou se aumenta o valor (o que a PEC proíbe) ou se suprime o reajuste. A última hipótese, combinada com o corte de direitos, é que será colocada em prática, segundo a visão do governo.

O governo fez uma opção política de não aumentar tributo dos mais ricos e economizar em cima dos mais pobres. Com a PEC 241, a prioridade é o pagamento da dívida, já que essa não está sujeita a nenhum tipo de congelamento. É simples assim.

Fonte: Antônio Augusto de Queiroz

Jornalista, analista político e Diretor de Documentação do Diap

Link: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/26284-a-pec-241-e-o-papel-do-estado-brasileiro>

## COMO POSSO ME INCORPORAR NA MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC 241?

**Qualquer pessoa pode ajudar a pressionar os parlamentares para não aprovar esse absurdo que vai prejudicar toda a população e beneficiar os que já lucram muito:**

- ▶ Converse com amigos, familiares e vizinhos sobre a matéria, explique que isso é um problema de todos nós, que todos precisam se unir
- ▶ Mande e-mail para os parlamentares – deputados e senadores – falando que é contra a aprovação da PEC 241 e que eles devem ouvir a população.
- ▶ Participe dos diversos Atos e Mobilizações em sua cidade, Estado, promovido pelas entidades sindicais e movimentos sociais.
- ▶ Entre no site [naoapec241.com.br](http://naoapec241.com.br) e assine a petição para aumentar a pressão popular